Liberdade para invadir

Marcelo Rocha
Valéria Feitoza
Da equipe do **Correio**

Zuleika de Souza

COMERCIAL DA 305 SUL: 21 M² A MAIS ERGUIDOS ÀS PRESSAS POR 15 OPERÁRIOS NO FERIADO, PERÍODO EM QUE A FISCALIZAÇÃO É DEFICIENTE

Foi rápido como o desfile de um bloco de carnaval. Em menos de uma semana, uma loja na comercial da 305 Sul ganhou 21 m² a mais de área. Oito operários trabalharam a toque de caixa para colocar vigas de concreto, subir três paredes de tijolos e fazer o reboco de um "puxadinho" de seis metros de comprimento por 3,5 m de largura. Os quatro dias de recesso de carnaval (do sábado à terça-feira) foram o período ideal para que a dona da loja Gems, especializada em roupas, invadisse a área pública nos fundos de seu estabelecimento sem ser incomodada pela Administração Regional de Brasília.

A dona da loja, que acompanha de perto a construção, conversou com a reportagem do **Correio** identificando-se como a arquiteta responsável pela reforma. Ela admitiu que não tem autorização para a obra. "O processo de autorização está em andamento. Há um pedido de ampliação que tramita na Administração de Brasília desde 2000", contou à reportagem.

Assim como a metade dos comerciantes da entrequadra, a dona da Gems decidiu apelar para a rapidez como forma de se livrar de uma possível demolição do seu puxadinho. Na tarde de ontem, os oito homens que trabalhavam na obra ganharam o reforço de outros sete. A ordem era apressar ao máximo a conclusão da reforma. Essa é a tática de quem invade área pública. Depois da obra pronta, fica mais fácil conseguir na justiça liminares que impeçam a derrubada. Mas ela deu azar.

A obra, pela localização e a rapidez com que foi erguida, chamou a atenção de quem passou pela quadra. Inclusive do próprio administrador de Brasília, Antônio Gomes, que tomou conhecimento dela no domingo. "Estava passando de carro e vi a construção. Fiquei perplexo com tamanha irregularidade", conta. Segundo ele, a demolição será ainda mais rápida do que a construção do puxadinho. "No máximo até sexta-feira aquilo tudo vai para o chão", disse.

SEM SOLUÇÃO

O flagrante de desrespeito ao tombamento de Brasília na 305 Sul reabriu a polêmica da invasão de áreas públicas nas comerciais do Plano Piloto, há meses esquecida pelas autoridades do governo e órgãos de preservação. Um levantamento da Subsecretaria de Urbanismo e Preservação do GDF, de novembro de 1999, revela que quase 2,5 mil estabelecimentos nas asas Sul e Norte ocupam áreas públicas irregularmente.

Na Asa Sul, 52% do comércio invade área pública. Em 75% das invasões, as edificações são em alvenaria. Na Asa Norte, 22% dos comerciantes ocupam área pública. Esse é o mais recente estudo nessa área. Ele foi usado como base em uma série de reuniões entre governo local, comerciantes e órgãos de preservação para tentar resolver o problema. Até hoje, no entanto, não se chegou a um consenso.

"As reuniões de negociação ficaram muitos meses suspensas porque o Iphan não tinha ninguém no comando da Gerência Executiva de Brasília. Somente agora, com a reestruturação do órgão, poderemos retomar as conversas", afirma a subsecretária de Urbanismo e Preservação do GDF, Eliana Klarmann. A proposta do governo é autorizar a ampliação das lojas em quatro metros e padronizar as fachadas e o material utilizado nas obras. Ninguém, no entanto, concorda com a idéia.

Os comerciantes acham que quatro metros é pouco. Querem o direito de invadir seis. O Ministério Público e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), por sua vez, são radicais no sentido de não permitir nenhum tipo de invasão. "O comércio local tem que funcionar da forma como foi concebido originalmente. Se o comerciante quer ampliar o negócio, que compre outras lojas em vez de invadir", defende Sérgio Brandão, presidente do IAB no Distrito Federal.

A promotora de Defesa da Ordem Urbanística, Ana Luiza Leão Osório, concorda. "Nossa posição continua sendo a de não permitir nenhum tipo de invasão. Pouco interessa se mais da metade dos comerciantes já construiu. A Administração Regional tem poder para derrubar tudo", argumenta. Segundo ela, é necessário que se atualize o estudo feito em 1999 antes de recomeçar a discussão sobre o tema. A próxima reunião com os comerciantes está prevista para março, mas ainda não tem data oficial.

MEMÓRIA

Tinha uma pedra no meio do caminho

A ocupação irregular de área pública nos comércios locais do Plano Piloto começou ainda na época da construção de Brasília, por causa de alterações no projeto original de Lucio Costa. No primeiro desenho do Plano Piloto, só existiam as quadras 100, 200 e 300 e o comércio foi todo planejado para atender apenas à demanda dessas quadras.

Com o tempo, porém, surgiram as quadras 400, 500, 600 e 700. Depois, as 800 e 900. As vias de ligação entre elas passaram a ter um fluxo cada vez maior de veículos e o comércio das entrequadras ganhou uma importância que não estava prevista. As lojas, projetadas para ficar viradas para as quadras residenciais, passaram a ser construídas com a fachada voltada para a pista, de modo a chamar a atenção de quem passava.

Houve também uma diversificação do comércio nas entrequadras. A partir de 1977, ficou permitida a instalação de bares, restaurantes lanchonetes, agências bancárias e boutiques. O tamanho dos imóveis ficou pequeno demais para abrigar uma estrutura suficiente para atendar à nova demanda.

Aos poucos, bares, lanchonetes, restaurantes, verdurões e outros começaram a fazer "puxadinhos". Lojas com 160 m² ficaram com até o dobro do tamanho após as reformas. Como não existia regra de padronização e Brasília ainda não era tombada como Patrimônio da Humanidade, surgiram verdadeiras aberrações. Quando as autoridades acordaram para este fato, a situação já estava consolidada.